



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATO Nº 27/2023

CONTRATO TRE-RO N. 27/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. 0002049-49.2023.6.22.8000

CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO – LEI 14.133/2021 (Serviços sem demo)

CONTRATAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRE-RO E A EMPRESA ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARA ATENDER AS UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL NA CIDADE DE PORTO VELHO/RO.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG ***.893-SSP/RO e do CPF ***.106.849-**, nomeada pela Portaria n. 01, de 03 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 8 de janeiro de 2018, portadora da matrícula funcional n. 260468.

CONTRATADA: A empresa **ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA**, CNPJ 24.445.257/0001-15, com sede na Gleba Cuniã, S/N, Área Rural, CEP: 76.834-899, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 3223-0028 / (69) 99231-6699 / (69) 3212-0423, E-mail(s): marselha.araujo@amazonfort.com.br / licitacoes@amazonfort.com.br, neste ato representada pelo senhor **IURI DANIEL SERRATE FARIA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG ****457-SSP/RO e do CPF ***.898.772-**.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos), 9.507/2018 (Execução indireta de Serviços) e 13.709/2018 (Proteção de Dados Pessoais), Resolução TSE 23.702/2022 (Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral), Instruções



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Normativas TRE-RO 9/2022 (Aplicação das regras e procedimentos da NLLC às contratações diretas) e 04/2008, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Resolução CONAMA 358/2005, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II, da Lei 14.133/2021.

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA DESPESA: DESPACHO Nº 1365 / 2023 - PRES/DG/GABDG, de 13/11/2023 (evento [1084453](#)).

DO OBJETO

(Art. 92, I e II, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA PRIMEIRA – A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, em conformidade com a Resolução CONAMA n. 358, de 29/04/2005, destinada a atender as unidades da Justiça Eleitoral na cidade de Porto Velho/RO, conforme segue:

Item	Descrição	Quantidade Estimada Mensal	Quantidade Total em 24 meses
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, para resíduos sólidos GRUPO D (não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares), conforme a	1.000kg	24.000kg



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Resolução CONAMA n. 358, de 29/04/2005.</p> <p>“Art. 24. Os resíduos pertencentes ao Grupo D, constantes do Anexo I desta Resolução, quando não forem passíveis de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser encaminhados para aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.”</p> <p>Endereço do aterro sanitário: GLB CUNIÃ, LOTE 67, Área Rural de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76.834-899.</p>		
---	--	--

Subcláusula Primeira – Quanto à descrição do objeto, observe-se que:

1. O TRE-RO, como órgão público responsável pela administração e gestão de suas instalações físicas, busca assegurar a segurança e a preservação de seus espaços, assim como a limpeza e o descarte correto de resíduos sólidos são essenciais para garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais, bem como a segurança dos usuários, contribuindo para práticas sustentáveis, bem como o alinhamento à estratégia institucional e aos princípios de governança;
2. Constitui-se o objeto na prestação de serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos até o aterro sanitário no município de Porto Velho/RO, endereço do aterro sanitário: GLB CUNIÃ, LOTE 67, Área Rural de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76.834-899;
3. A contratante não se obriga a contratar o quantitativo total estimado no objeto, e o pagamento será proporcional peso do resíduo efetivamente disponibilizado;
4. Estima-se a contratação mínima mensal de 500 kg;
5. A coleta dos resíduos e, conseqüente, recepção no aterro ocorrerá duas vezes na semana, e durante o período eleitoral poderá a contratante ampliar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para até quatro entregas semanais, no horário das 8h às 18h, sendo que as datas das coletas e entrega dos resíduos no aterro sanitário serão informadas por ofício à contratada;

6. A contratação atenderá a necessidade do prédio sede do TRE-RO e seus anexos, em Porto Velho/RO, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

7. Endereço da contratante: Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Baixa União, Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76.805-859;

8. Endereço do aterro sanitário: GLB CUNIÃ, LOTE 67, Área Rural de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76.834-899;

9. O quantitativo acima é estimado e não obriga a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste celebrado;

10. Os serviços de destinação final serão executados em aterro sanitário, em estrita conformidade com as exigências técnicas definidas pela legislação pertinente;

11. A contratada se responsabiliza por qualquer dano ambiental que for causado em razão dos serviços prestados;

12. A realização dos serviços ocorrerá nas datas informadas no objeto do Termo de Referência correspondente;

13. Os procedimentos devem ser registrados em relatórios mensais de consolidação de dados, formulários e planilhas apropriadas, para catalogação, arquivo e histórico, com vistas a estudos e melhorias da qualidade dos serviços prestados e para futuras contratações do mesmo objeto;

14. Independentemente da pesagem realizada pela contratante, a contratada deverá emitir comprovante de pesagem, recebimento dos resíduos e apresentá-los à contratante para controle e medição;

15. A contratação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário correrá em autos separados, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei 14.133/2021;

Subcláusula Segunda – Por meio da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA deverá atender todas as condições indicadas neste instrumento, no Termo de Referência respectivo e em seus anexos, incluindo as condições e os critérios de habilitações, assim como a CONTRATADA declara que foram atendidos as regras pré-contratuais e os requisitos desta contratação, os quais deverão ser mantidos durante a vigência deste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA deverá observar e cumprir, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental indicados no item 6.0. do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Quarta - Vinculam-se a esta contratação, independente de transcrição:

1. O termo de referência (TR) ou o projeto básico (PB) respectivo (e seus anexos, caso haja);
2. A proposta da contratada; e
3. O ato de autorização da despesa via dispensa de licitação.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 92, IV, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução da presente contratação será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DO MODELO DE EXECUÇÃO

(Art. 92, IV, VII e XVIII, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA TERCEIRA – O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no termo de referência (TR) ou no projeto básico (PB) respectivo, vinculado a este instrumento.

Subcláusula única – Não houve estabelecimento de Matriz de Risco para a presente contratação.

DA SUBCONTRATAÇÃO

(Art. 122, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA QUARTA – Não será admitida a subcontratação do objeto desta contratação.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA QUINTA – Esta contratação terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da última assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, na forma do artigo 105, *caput*, da Lei n. 14.133/2021, podendo este Contrato, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

(Art. 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO: O valor total estimado desta contratação é de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) para um período de 24 meses, conforme proposta da contratada obtida por meio da Cotação de Preços - SEAP (evento [1078541](#)), realizada no mercado local, e conforme quadro abaixo:

Item	Objeto - Descrição	Valor Unitário Quantidade 1 kg	Valor Mensal até 1.000kg	Valor total 24 meses
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, para resíduos sólidos GRUPO D (não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares),	R\$ 0,45	R\$ 450,00	R\$ 10.800,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	conforme a Resolução CONAMA n. 358, de 29/04/2005.			
Valor Total estimado para 24 meses				R\$ 10.800,00

Subcláusula Primeira – O quantitativo acima é estimado, de forma a não obrigar a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste ora celebrado.

Subcláusula Segunda – No valor definido nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sendo que o Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser realizada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

Subcláusula Terceira – FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX (ordem bancária por PIX), por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor da contratação, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços, sendo que a fatura/nota fiscal só poderá ser emitida após o início da prestação de serviço contratado, observando que:

I - Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória;

II - Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe que se tratar de conta corrente ou conta poupança;

III - O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code;

IV - Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços;

V - Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{EM}{Na} = \frac{I}{365} \times N \times \frac{VP}{100}$$

qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

VI - A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

VII - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária ou OBPIX para pagamento.

Subcláusula Quarta – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no termo de referência (TR) ou no projeto básico (PB) respectivo.

I - Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado;

II - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da contratação e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da contratação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

III - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras, sendo que, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

IV - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021, de forma a obter certidão de regularidade da contratada quanto: à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); aos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN); ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF); aos Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho (TST); ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e, quando exigível e conforme o caso, também perante a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital, observando que:

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias, sendo que, enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado; e

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa, bem como serão adotadas as demais providências cabíveis.

V - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação e de qualificações exigidas para a contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como eventuais ocorrências impeditivas indiretas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidades da contratada impeditivas à contratação, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de aplicação das penalidades previstas no termo de referência (TR) ou no projeto básico (PB) respectivo;

VII - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

VIII - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa, sendo passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, sendo que, havendo pagamentos pendentes esses serão realizados com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à contratada. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012);

IX - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente com a retenção preventiva do valor indicada, até que se decida pela rescisão da contratação, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF ou comprove a regularidade exigida;

X - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

XI - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Subcláusula Quinta – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
2. Efetuar o recebimento provisório dos serviços, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão da requisição emitida pela Seção de Administração Predial do TRE-RO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo gestor da contratação, ou por quem suas vezes fizer, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;
4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
5. Após a conferência dos documentos, e a verificação de que os serviços foram prestados com regularidade com as especificações e prazos estabelecidos no termo de referência, o recebimento definitivo será realizado pelo fiscal do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data do efetivo recebimento da prestação do serviço;
6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;
7. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade porventura verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada descumpriu cláusula contratual.

Subcláusula Sexta – ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO: Não será permitida a antecipação de pagamento (parcial/total) para esta contratação, conforme as regras indicadas no termo de referência (TR) ou no projeto básico (PB) respectivo.

DA DOTAÇÃO E ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

(Art. 92, VIII, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA SÉTIMA - As despesas com a execução da presente contratação correrão inicialmente à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso: 1027000000 e Natureza da Despesa: 339039, conforme Nota de Empenho n. 2023NE000516, datada de 13/11/2023, a ser reforçada, caso necessário, consoante detalhamento orçamentário a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA		
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Plano Interno	Serviços de coleta e de tratamento de resíduos.	ADM APOIO
---------------	---	-----------

Sucláusula única – Quando for o caso, para os demais exercícios as despesas com a execução correrão à conta dos recursos constantes das propostas orçamentárias do TRE-RO, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

DO REAJUSTE

(Art. 25, §§ 7º e 8º; Art. 92, V, §§ 3º e 4º, e Art. 135 da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA OITAVA – Quanto ao reajuste contratual, deve ser observado o que segue:

1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial;
2. A fim de garantir o reajuste anual à contratada que reflita a variação efetiva dos custos de produção ou dos preços dos insumos utilizados, na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, de índice oficial do governo federal, correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo (IPCA - IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
3. O interregno mínimo para concessão de reajuste será contado a partir de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta;
4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido;
5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s), sendo que, na ocorrência dessa hipótese, fica a Contratada obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);
7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(Art. 92, XII e XIII, e Art. 96 e segs., da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA NONA – Não há exigência de garantia contratual para este objeto.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 117 da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização desta contratação serão realizada pelo(a) titular da Seção de Administração Predial (SEAP), ou por seu substituto respectivo, em suas ausências legais.

Subcláusula Primeira – Cabe à gestão e à fiscalização desta contratação o recebimento do objeto, o pagamento, o gerenciamento da execução e todos os demais procedimentos necessários ao adequado cumprimento dos termos pactuados, conforme modelo de gestão do contrato a seguir apresentado:

1. Indicação da Equipe de Gestão e de Fiscalização do Contrato:

Integrante	Titular	Substituta	Unidade
Titular da Chefia da SEAP	Titular da Chefia da SEAP	Substituto da Chefia da SEAP	SEAP

2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O contrato terá a fiscalização e a gestão exercidas pelo Chefe da Seção de Administração Predial - SEAP e pelo seu substituto respectivo, em suas ausências legais, com auxílio de servidores lotados na Seção.

2.1 O gestor do contrato ficará responsável por:

2.1.1 Organizar a reunião inicial;

2.1.2 Encaminhar alterações contratuais;

2.1.3 Controlar prazos e indicadores contratuais;

2.1.4 Atestar notas fiscais;

2.1.5 Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;

2.1.6 Verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.

3. Mecanismos Formais de Comunicação:

3.1 Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada;

3.2 O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

Assunto	E-mail
Envio de requisições ou outras.	seap@tre-ro.jus.br
Envio de notas fiscais e requisições assinadas e carimbadas	seap@tre-ro.jus.br

Subcláusula Segunda – Competem aos titulares e substitutos mencionados nesta Cláusula observar as normas impostas pela Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO e suas alterações, assim como a Instrução Normativa 09/2022/TRE-RO e demais normas aplicáveis.

Subcláusula Terceira - A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução da contratação não poderão ser invocadas para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São obrigações do CONTRATANTE:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Desconsiderar e, conseqüentemente, não pagar as requisições que contiverem rasuras de qualquer tipo ou que estejam com informações incompletas;
2. Promover, através do fiscal do contrato, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.
3. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;
4. Orientar a CONTRATADA acerca da prestação dos serviços do objeto contratado e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho quando necessário, observando as normas de segurança existentes;
5. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;
6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, os preços e os prazos estabelecidos.
7. Receber os bens ou os serviços, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após e se verificada a sua conformidade com o estabelecido no termo de referência (TR) ou no projeto básico (PB) respectivo e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;
8. Rejeitar, através do fiscal contrato, a entrega de material ou a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;
9. Aplicar à Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da contratação e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante, quando necessário;
10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, sendo que, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período (art. 123, Lei n. 14.133/2021);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Notificar os emitentes das garantias contratuais quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando cabível;
12. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada;
13. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados; e
14. Cumprir as demais obrigações necessárias à execução do objeto deste instrumento contratual, exercendo quaisquer outras atribuições derivadas de lei, regulamentos, e demais normas aplicáveis, ou sempre que exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Realizar a coleta, transporte e destinação final ao aterro municipal nas condições, nos preços e nos prazos estabelecidos;
2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;
3. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
4. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações e arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, social, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução do objeto e das demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do § 2º do art. 121 da Lei n. 14.133/2021;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Manter, durante toda a vigência contratual, conta corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos fornecimentos efetuados e vigência contratual;
7. Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação direta;
8. Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, certidões comprovando situação de regularidade fiscal especialmente perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);
9. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
10. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
13. Não contratar para a execução dos serviços e não admitir em seu quadro societário, empregados e pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação/contratação direta, ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, inclusive, de qualquer ocupante de cargos de assessoramento, de membros ou juízes, nos termos do artigo 48,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021, do artigo 7º do Decreto n. 7.203/2010 e do art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005;

14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

15. Guardar sigilo sobre todas as informações, dados, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

16. Independentemente da pesagem realizada pela contratante, a contratada deverá emitir comprovante de pesagem, de recebimento e tratamento dos resíduos e apresentá-los à contratante para controle e medição;

17. Coletar os resíduos duas vezes na semana, e durante o período eleitoral poderá a contratante ampliar para até quatro entregas semanais, no horário das 8h às 18h, sendo que as datas das coletas e entrega dos resíduos no aterro sanitário serão informadas por ofício à contratada;

18. A contratada é responsável pela recepção, transporte e destinação adequada dos resíduos;

19. A contratada deve realizar monitoramentos ambientais para garantir que não ocorram impactos ambientais negativos no solo, água e ar durante a coleta, transporte e destinação final ao aterro dos resíduos;

20. A contratada deve manter registros detalhados das atividades diárias, incluindo a quantidade e tipo de resíduos recebidos da contratante, a utilização de equipamentos, os processos de tratamento e disposição, entre outros, e, além disso, deve fornecer relatórios mensais dos serviços realizados;

21. A contratada é responsável por implementar e manter medidas de segurança para proteger os trabalhadores que realizam a coleta, transporte e destinação dos resíduos. Isso inclui treinamento, fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) e a manutenção de condições seguras de trabalho;

22. A contratada não poderá subcontratar os serviços objeto deste instrumento;

23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;
25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o termo de referência (TR) ou o projeto básico (PB) respectivo, no prazo determinado;
27. Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos, seguro de acidentes, e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;
28. Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional, quando cabível;
29. Enviar a nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, juntamente com os documentos necessários e cumprindo os termos pactuados, à unidade gestora desta contratação no TRE-RO;
30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal/distrital, as normas de segurança do Contratante, quando cabível;
31. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
32. Manter, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet, e enviar ao contratante os seguintes documentos juntamente com nota fiscal/fatura:
 - a) Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho (TST);

e) certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e

f) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital, quando exigível e conforme o caso.

33. Observar e cumprir a Resolução nº 31, de 25 de agosto de 2023, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que regulamenta a Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Para tanto, compromete-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncias, havendo ocorrências.

34. Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante;

35. Informar a relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências do TRE-RO ou entre outro local a seu critério, se for o caso;

36. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura da contratação, a Contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência (TR) ou do projeto básico (PB) respectivo, o gestor da contratação, o fiscal técnico da contratação, o fiscal administrativo da contratação, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

37. Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato, bem como as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de **suboperação** firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - A Contratada deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (se exigível)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível)

IX - A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativas, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 92, XIV, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, a Contratada que:

I - Der causa à inexecução parcial da contratação;

II - Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total da contratação;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida pela contratação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – Não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;

IX – Praticar ato fraudulento na execução da contratação;

X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (quando for o caso de licitação);

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Subcláusula Primeira – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei)

d) **Multa**: de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

d.1) Será aplicada a sanção de multa incidente sobre o valor contratado, no caso de cometimento de qualquer das infrações descritas no item d acima, desde que não se justifique aplicação de sanção mais grave, em especial:

I - Atrasos na entrega do objeto:

1. primeiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 0,5%.

2. segundo atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 1,0%.

3. terceiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 2,0%.

4. quarto atraso de até 06 (seis) horas ou primeiro atraso superior a 6 (seis) horas, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades pertinentes à inexecução.

II - Descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, conforme segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1%.
2. segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2%.
3. terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3%.
4. quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades pertinentes à inexecução.

Subcláusula Segunda – A aplicação das sanções previstas nesta contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Terceira – Todas as sanções previstas nesta contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Quarta – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

Subcláusula Quinta – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Sexta – O Contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventuais contratações emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

Subcláusula Sétima - Em caso de multa ou condenação eventualmente aplicadas à Contratada, o valor deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, sendo que o valor será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

Subcláusula Oitava - De igual modo, caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Nona - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima - Se a Contratada não recolher o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

Subcláusula Décima Primeira - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Segunda - As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem o adjudicatário ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Subcláusula Décima Terceira - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, aplicando-se, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução da contratação para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021 e observado ainda o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Subcláusula Décima Quarta - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n. 14.133/2021):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para o Contratante;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Subcláusula Décima Quinta - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratações da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

Subcláusula Décima Sexta - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução da contratação para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021.

Subcláusula Décima Sétima - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a **obrigatoriedade de análise jurídica prévia** (art. 160 da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Décima Oitava - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei n. 14.133/2021).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Nona - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.

DA EXTINÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 92, XIX, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A contratação se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

Subcláusula Primeira - A contratação pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, sendo que, nestas hipóteses, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela contratada, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

DAS ALTERAÇÕES

(Arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021, observando o que segue:

Subcláusula Primeira - Esta contratação poderá ser alterada unilateralmente pela administração Contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

Subcláusula Segunda - A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contratação.

Subcláusula Quarta - Registros que não caracterizam alteração da contratação podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133, de 2021.

DOS CASOS OMISSOS

(Art. 92, III, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais das contratações.

DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

(Art. 94, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O Contratante providenciará a divulgação do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar de sua assinatura (art. 94, II, Lei n. 14.133/20021) e no seu sítio eletrônico oficial na internet, bem como providenciará a sua publicação, no mesmo prazo, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

DO FORO

(Art. 92, § 1º, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Em cumprimento ao art. 92, § 1º da Lei n. 14.133/2021, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta contratação ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, novembro de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	IURI DANIEL SERRATE FARIA Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: ***.434.482-** Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/11/2023, às 19:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IURI DANIEL SERRATE FARIA, Usuário Externo**, em 13/11/2023, às 19:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 14/11/2023, às 09:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 14/11/2023, às 10:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1084861** e o código CRC **82AC3E1D**.

0002049-49.2023.6.22.8000

1084861v3

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 25/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP

1.0. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. Elabora-se o presente Termo de Referência, com base nos termos do art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/21, e do art. 15 da Instrução Normativa n. 09/2022 – TRE-RO.

Definição:

1.2. Contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, em conformidade com a Resolução CONAMA no 358 de 29/04/2005, destinada a atender as unidades da Justiça Eleitoral na cidade de Porto Velho/RO.

Item	Descrição	Quantidade Estimada Mensal	Quantidade total 24 meses
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, para resíduos sólidos GRUPO D (não apresentam risco biológico, químico ou	1.000kg	24.000kg



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares), conforme a Resolução CONAMA n. 358 de 29/04/2005.</p> <p>“Art. 24. Os resíduos pertencentes ao Grupo D, constantes do Anexo I desta Resolução, quando não forem passíveis de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser encaminhados para aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.”</p> <p>Endereço do aterro sanitário: GLB CUNIÃ, LOTE 67, Area Rural de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.834-899.</p>		
---	--	--

1.3. O TRE-RO, como órgão público responsável pela administração e gestão de suas instalações físicas, busca assegurar a segurança e a preservação de seus espaços, assim como a limpeza e o descarte correto de resíduos sólidos são essenciais para garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais, bem como a segurança dos usuários, contribuindo para práticas sustentáveis, bem como o alinhamento à estratégia institucional e aos princípios de governança.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.4. Constitui-se o objeto na prestação de serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos até o aterro sanitário no município de Porto Velho, endereço do aterro sanitário: GLB CUNIÃ, LOTE 67, Area Rural de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.834-899.

1.5. A contratante não se obriga a contratar o quantitativo total estimado no objeto, e o pagamento será proporcional peso do resíduo efetivamente disponibilizado.

1.6 Estima-se a contratação mínima mensal de 500 kg.

1.7. A coleta dos resíduos e, consequente, recepção no aterro ocorrerá duas vezes na semana, e durante o período eleitoral poderá a contratante ampliar para até quatro entregas semanais, no horário das 8h às 18h. As datas das coletas e entrega dos resíduos no aterro sanitário serão informados por ofício à contratada.

1.8. A contratação atenderá a necessidade do prédio sede do TRE-RO e seus anexos, em Porto Velho/RO, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.9. Endereço da contratante: Avenida Presidente Dutra n. 1889, Baixa da União, Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76805-901.

1.10. Endereço do aterro sanitário: GLB CUNIÃ, LOTE 67, Area Rural de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.834-899.

1.11. O quantitativo acima é estimado e assim deverá ser contratado, e não obriga a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado.

2.0. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A demanda não está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO, visto que se trata de iniciativa não existente quando da elaboração do PCA 2023 e, que por exigência legal, o Tribunal será obrigado a cumprir a partir do dia 10/11/2023, nos termos do Decreto n.15.603/2018 - Resíduos Sólidos do Município de Porto Velho e a Portaria n. 109/SEMUSB/2023 - Plano de Encerramento do Lixão da Vila Princesa.

2.2 Ainda, considerando as informações do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) de Porto Velho, de que os grandes produtores de resíduos sólidos, que geram acima de 200 litros de lixo, por dia, devem, até dia 10 de novembro de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2023, pagar pelo transporte e destinação do próprio lixo, conforme os normativos citados acima, demonstra-se a necessidade da contratação **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS** para o TRE-RO.

3.0. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Necessidade:

3.1. O TRE/RO, como órgão público responsável pela administração e gestão de suas instalações físicas, busca assegurar a segurança e a preservação de seus espaços. A limpeza e o descarte correto de resíduos sólidos são essenciais para garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais, bem como a segurança dos usuários, contribuindo para práticas sustentáveis e o alinhamento à estratégia institucional e aos princípios de governança.

3.2. Considerando a Lei nº 12.305/2010, que institui a subordinação de gerenciamento de resíduos sólidos, que prioriza a não geração, redução, a reutilização, a reciclagem e a importantíssima questão da provisão final ambientalmente adequada, lei esta que regula a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

3.3 CONSIDERANDO o Decreto Nº 15.603 de 26 de novembro de 2018 que em seu art. 7º veda aos Grandes Geradores de Resíduos a disposição, sem autorização, dos resíduos nos locais próprios da coleta de resíduos domiciliares ou de serviços de saúde, bem como em qualquer área pública, incluindo passeios e sistema viário, sob pena de multa no valor de 10(dez) UPF/DIA conforme o § 7º do art. 147 da Lei Complementar n. 199/2004.

3.4 CONSIDERANDO, que Grandes Geradores de Resíduos Sólidos são os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros geradores de resíduos sólidos em volume superior a 100 (cem) litros/dia conforme o § 4º do Art. 147 da Lei Complementar 199/2004

3.5. CONSIDERANDO a formalização do contrato nº042/PGM/2023, decorrente do Processo n.º: 00600- 00029612/2023-19-e, que realizou a contratação de empresa especializada em destinação final de resíduos sólidos preferencialmente por meio de Aterro Sanitário para a destinação adequada dos resíduos do município de Porto Velho;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.6. Esta unidade demandante encaminha o Termo de Referência para, com fulcro no Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021, que regulamenta a dispensa de licitação, em razão do valor, a contratação de SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS para o TRE-RO, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

Quantidade:

3.7. Demonstra-se a necessidade de contratação dos serviços de COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS para as unidades do TRE/RO em Porto Velho

3.8. A quantidade estimada foi baseada no levantamento do quantitativo diário dos resíduos comuns e rejeitos recolhidos pela equipe de limpeza e higienização predial, coordenada pela SEAP, conforme planilhamento contido no evento [1076807](#). Os resíduos foram pesados em balança própria do Tribunal devidamente certificada pelo INMETRO.

3.9. A estimativa de quantidade diária e mensal, definida em quilogramas, foi acrescida de margem de segurança, para comportar o previsível aumento de rejeitos gerados durante o período eleitoral.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Será contratado serviços de COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, atendendo às necessidades dos prédios da Justiça Eleitoral em relação ao gerenciamento adequado desses resíduos. Esse serviço visa garantir o cumprimento das normas de qualidade e segurança, atendendo a um recurso essencial para a instituição.

4.2. Os serviços de destinação final serão executados em aterro sanitário, em estrita conformidade com as exigências técnicas definidas pela legislação pertinente.

4.3. A contratada se responsabiliza por qualquer dano ambiental que for causado em razão dos serviços prestados.

4.4. A realização dos serviços ocorrerá nas datas informadas no objeto deste TR.

4.5. Os procedimentos devem ser registrados em relatórios mensais de consolidação de dados, formulário e planilhas apropriadas, para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

catalogação, arquivo e histórico, com vistas a estudos e melhorias da qualidade dos serviços prestados e para futuras contratações do mesmo objeto.

4.6. Independentemente da pesagem realizada pela contratante, a contratada deverá emitir comprovante de pesagem, recebimento dos resíduos e apresentá-los à contratante para controle e medição.

4.7. Importante registrar que, para os serviços de coleta e transportes de resíduos comuns, da sede da contratante até o aterro sanitário, a contratação correrá em autos separados, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, haja vista o serviço é oferecido por mais de uma empresa licenciada em Porto Velho-RO, contudo apenas a ECOFORT se interessou e apresentou cotação de preço.

5.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos neste Termo de Referência.

5.2. A CONTRATADA deverá atender às normativas correlatas ao serviço pretendido, destacando-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

5.3. Deverão ser observadas pela contratada as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Resolução CONAMA nº 358 de 29/04/2005.

5.4. Aplica-se, naquilo que for pertinente, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC - Lei nº. 8.078 de 11/09/90, e as demais legislações pertinentes.

5.5. A responsabilidade pela coleta, transporte e destinação dos resíduos sólidos gerados pelo órgão contratante, incluindo eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é INTEIRAMENTE da contratada, obrigando-se a ressarcir ao contratante quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.6. Gestão Ambiental: A empresa contratada deve ser capaz de implementar um sistema de gestão ambiental eficaz, incluindo procedimentos para minimizar impactos ambientais, reduzir a geração de resíduos.

5.7. Sustentabilidade: A empresa contratada deve adotar práticas voltadas para sua operação, visando reduzir o impacto ambiental, promover a economia circular e buscar formas inovadoras na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

5.8. Licenças e Certificações: A empresa contratada deve apresentar todas as licenças, autorizações e certificações exigidas pelas autoridades ambientais e reguladoras para operar legalmente na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

5.9. A Contratada deverá apresentar as seguintes licenças e mantê-las atualizadas:

5.9.1. Licença ambiental de operação relacionada aos serviços compatíveis com a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA ([1081789](#));

5.9.2. Licença e/ou Alvará de funcionamento para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Velho-RO - SEMFAZ ([1081778](#));

5.9.3. Comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho. O TRE-RO procederá a consulta junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, ao O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao TCU ([1080857](#), [1080858](#), [1080860](#), [1080861](#) e [1080867](#)).

5.9.4. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico pela empresa contratada para destinação final dos RSU([1081779](#) e [1081780](#)).

6.0. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.1. O TRE-RO, como órgão público responsável pela administração e gestão de suas instalações físicas, busca assegurar a segurança e a preservação de seus espaços, assim como a limpeza e o descarte correto de resíduos sólidos são essenciais para garantir o pleno funcionamento das atividades institucionais, bem como a segurança e saúde dos usuários, contribuindo para práticas sustentáveis, bem como o alinhamento à estratégia institucional e aos princípios de governança.

6.2 Com o objetivo de estabelecer uma política estruturada de gestões dos resíduos sólidos produzidos e gerados por este Tribunal, foi aprovado o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia 2021-2026, por meio da PORTARIA Nº 129/2023 - PRES/GABPRES ([1001934](#)), elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ n. 400/2021.

6.3 O plano, que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e ao Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia 2021-2026, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, e que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão, estabelece a gestão de resíduos, com foco na destinação adequada de papel, plásticos, metais, vidros, resíduos decorrentes da construção civil, os perigosos, e os da área de saúde.

6.4 Contudo, é imprescindível dar o devido descarte para os rejeitos produzidos diariamente neste órgão, que, com o encerramento das atividades do Lixão Vila Princesa, deverão ser destinados para um aterro sanitário controlado, legalizado e licenciado para tal. Nos termos do art. 13 da Lei nº 12.305/2010: Rejeitos são “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada” (art. 3º, XV, da mesma lei).

6.5 Este Tribunal utiliza o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da AGU/CGU, publicação conjunta da Advocacia Geral da União e Controladoria-Geral da União – 6ª edição (1062361), cuja adoção internamente foi instituída por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2023 - PRES/GABPRES – 0981675. O Guia “tem como objetivo oferecer segurança aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais” (Acórdão nº 1056/2017 - Plenário).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.6 Diante do exposto, a fim de encaminhar os rejeitos gerados por este Tribunal para o devido tratamento e disposição final, será contratada uma empresa especializada em destinação final de resíduos sólidos, preferencialmente por meio de Aterro Sanitário, para a destinação adequada dos resíduos([0002053-86.2023.6.22.8000](#)).

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazos e Condições:

7.1.1 O prazo de vigência e execução do contrato será de 24 meses a contar do dia 10/11/2023, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.1.2 Como condição para a renovação, deverá a contratante atestar:

7.1.2.1 - a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

7.1.2.2 - no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

7.1.2.3 - que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

7.1.3 A contratante poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:

7.2.1. Desconsiderar e, conseqüentemente, não pagar as requisições que contiverem rasuras de qualquer tipo ou que estejam com informações incompletas;

7.2.2. Promover, através do fiscal do contrato, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

7.2.3. Cumprir e fazer cumprir todos os prazo e condições estabelecidos neste instrumento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.4. Orientar a CONTRATADA acerca da prestação dos serviços do objeto contratado e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho quando necessário, observando as normas de segurança existentes.

7.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado.

7.2.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos.

7.2.7. Realizar o pagamento dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato:

7.2.7.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.2.7.2. Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória.

7.2.7.3. Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

7.2.7.4. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

7.2.7.5. Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

7.2.7.6. Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

7.2.7.7. Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$= \frac{(6/100)}{365}$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.2.7.8 A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.8. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:

7.3.1. Realizar a coleta, transporte e destinação final ao aterro municipal nas condições, preços e prazos estabelecidos.

7.3.1.1. Endereço do aterro sanitário: GLB CUNIÃ, LOTE 67, Area Rural de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.834-899

7.3.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

7.3.3. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.3.4. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.3.5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

7.3.6. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução do objeto.

7.3.7. Manter, durante toda a vigência contratual, conta-corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos fornecimentos efetuados e vigência contratual.

7.3.8. Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF e à Justiça do Trabalho.

7.3.9. Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, certidões comprovando situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7.3.11. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.3.12 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.3.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.3.12. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.3.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.3.16. Independentemente da pesagem realizada pela contratante, a contratada deverá emitir comprovante de pesagem, de recebimento e destinação dos resíduos e apresentá-los à contratante para controle e medição.

7.3.17. Receber os resíduos no aterro duas vezes na semana, e durante o período eleitoral poderá a contratante ampliar para até quatro entregas semanais, no horário das 8h às 18h. As datas das coletas e entrega dos resíduos no aterro sanitário serão informados por ofício à contratada.

7.3.18. A contratada é responsável pela recepção, transporte e destinação adequada dos resíduos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.19. A contratada deve realizar monitoramentos ambientais para garantir que não ocorram impactos ambientais negativos no solo, água e ar durante a coleta, transporte e destinação final ao aterro dos resíduos.

7.3.20. A contratada deve manter registros detalhados das atividades diárias, incluindo a quantidade e tipo de resíduos recebidos da contratante, a utilização de equipamentos, os processos de tratamento e disposição, entre outros. Além disso, deve fornecer relatórios mensais dos serviços realizados.

7.3.21. A contratada é responsável por implementar e manter medidas de segurança para proteger os trabalhadores que realizam a coleta, transporte e destinação dos resíduos. Isso inclui treinamento, fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) e a manutenção de condições seguras de trabalho.

7.3.22. A contratada não poderá subcontratar os serviços objeto deste Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do

Contrato:

Integrante	Titular	Su
Laurenci Bernardino	Laurenci Bernardino	M Marques

8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do

Contrato:

O contrato terá a fiscalização e gestão exercidas pelo Chefe da Seção de Administração Predial-SEAP e pelo seu substituto, em suas ausências legais, com auxílio de servidores lotados na Seção.

8.2.1. O gestor do contrato ficará responsável por:

8.2.1.1. Organizar a reunião inicial;

8.2.1.2. Encaminhar alterações contratuais;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.1.3. Controlar prazos e indicadores contratuais;

8.2.1.4. Atestar notas fiscais;

8.2.1.5. Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;

8.2.1.6. Verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação

8.3.1. Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada.

8.3.2. O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

Assunto	-mail	E
Envio de requisições ou outras.	eap@tre-ro.jus.br	s
Envio de notas fiscais e requisições assinadas e carimbadas	eap@tre-ro.jus.br	s

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

9.2. Efetuar o recebimento provisório dos serviços, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão da requisição emitida pela Seção de Administração Predial do TRE-RO.

9.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo gestor da contratação, ou por quem suas vezes fizer, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.5 Após a conferência dos documentos, e a verificação de que os serviços foram prestados com regularidade com as especificações e prazos estabelecidos no termo de referência, o recebimento definitivo será realizado pelo fiscal do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data do efetivo recebimento da prestação do serviço.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.7 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade porventura verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada descumpriu cláusula contratual.

10. REAJUSTE CONTRATUAL E ALTERAÇÃO

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial.

10.2. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, e a fim de garantir o reajuste anual à contratada, que reflita a variação efetiva dos custos de produção ou dos preços dos insumos utilizados, será utilizado o índice oficial do governo federal, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo (IPCA - IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>)

10.3. O interregno mínimo para concessão de reajuste será contado a partir de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta.

10.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

10.5. Havendo necessidade justificada, poderá haver alteração unilateral pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei 14.133/21.

10.6. A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) para um período de 24 meses. Metodologia utilizada: menor preço.

11.1.1. Valor corresponde à proposta mais vantajosa obtida por meio da Cotação de Preços - SEAP (evento [1077961](#)), realizada no mercado local, conforme quadro abaixo:

Item	Objeto - Descrição	Proponente	Regularidade Fiscal	Valor Unitário Quantidade 1 k
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, para resíduos sólidos GRUPO D (não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares), conforme a Resolução CONAMA n. 358 de 29/04/2005.	Nome da empresa: ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL EIRELI CNPJ 24.445.257/0003-87	1080857 , 1080858 , 1080860 , 1080861 e 1080867.	R\$ 0,00
Valor Total estimado para 24 meses:				R\$ 8.400,00

11.2. INFORMAÇÃO CONCLUSIVA VALOR
ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - ICVEC ([1082717](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.3. O quantitativo acima é estimado e assim deverá ser contratado, de forma a não obrigar a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado.

12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

12.1. A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA					
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano		
			exercício corrente 2023 (R\$)	próximo(s) exercício 2024 (R\$)	exercício 2025 (R\$)
Plano Interno Total por exercício financeiro	Serviços de coleta e de tratamento de resíduos.	ADM APOIO	900,00	5.400,00	5.400,00
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Programação financeira COFC 1080789					

13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 FORMA DE SELEÇÃO	
II,	1. Dispensa de Licitação: Art. 75, inciso da Lei Federal nº 14.133/2021. II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

--

13.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

☐ Menor preço global

☒ Menor preço por item

☐ Maior desconto

13.3 Dados da futura contratada

Nome da empresa: ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA;

CNPJ: 24.445.257/0001-87;

Contatos: IURI DANIEL SERRATE FARIA;

Telefone: (69) 99975-8886

E-

mail: iuri.faria@amazonfort.com.br, licitacoes@amazonfort.com.br,

licitacoes@amazonfort.com.br, bruna.cabral@amazonfort.com.br,

Representante: IURI DANIEL SERRATE FARIA

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1 Considerando tratar-se de serviço apenas a empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA apresentou cotação de preço e ainda considerando que o valor se encaixa no valor de Dispensa de Licitação: Art. 75, Inc II.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.2 A empresa tomou ciências das regras atinentes à escolha e à contratação ([1077083](#)).

14.3. Critério de habilitação

14.3.1 Licenças e Certificações: A empresa contratada deve apresentar todas as licenças, autorizações e certificações exigidas pelas autoridades ambientais e reguladoras para operar legalmente na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS. A Contratada deverá apresentar as seguintes licenças e mantê-las atualizadas:

1. Licença ambiental de operação relacionada aos serviços compatíveis com PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA [1081789](#);

2. Licença e/ou Alvará de funcionamento para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Velho-RO - SEMFAZ [1081778](#);

3. Habilitação fiscal, social e trabalhista, [1080857](#), [1080858](#), [1080860](#), [1080861](#) e 1080867;

4. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico pela empresa contratada para destinação final dos RSU [1081780](#);

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. Multa: de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.1.3. Será aplicada a sanção de multa incidente sobre o valor contratado, no caso de cometimento de qualquer das infrações descritas no item 15.1.2, desde que não se justifique aplicação de sanção mais grave, em especial:

I - atrasos na coleta do objeto:

1. primeiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 0,5%.

2. segundo atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 1,0%.

3. terceiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 2,0%.

4. quarto atraso de até 06 (seis) horas ou primeiro atraso superior a 6 (seis) horas, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades pertinentes à inexecução.

II - O descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação:

1. primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1%.

2. segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3%.

4. Quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidade pertinentes à inexecução.

15.1.2. Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

15.1.3. Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.4. O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. ANEXOS

1. DOCUMENTO FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA
(DFD) [1076311](#)

2. PROPOSTA ECOFORT PORTO VELHO
S/A, ([1078541](#));

3. INFORMAÇÃO CONCLUSIVA VALOR ESTIMADO
DA CONTRATAÇÃO (ICVEC) [1082717](#);

4. Licença ambiental de operação relacionada aos
serviços compatíveis com PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E
TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, emitida pela Secretaria
Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA [1081789](#);

5. Licença e/ou Alvará de funcionamento para o
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE
DE RESÍDUOS SÓLIDOS, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda de
Porto Velho-RO - SEMFAZ [1081778](#);

6. Habilitação fiscal, social e
trabalhista: [1080857](#), [1080858](#), [1080860](#), [1080861](#) e 1080867;

7. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do
responsável técnico pela empresa contratada para destinação final dos
RSU [1081779](#);



Documento assinado eletronicamente por **LAURENCI BERNARDINO, Chefe de Seção**, em 08/11/2023, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1082722** e o código CRC **46DC98D1**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002049-49.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP.

ASSUNTO: Dispensa de licitação tradicional - Contratação da empresa especializada - Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos gerados nas instalações prediais da Justiça Eleitoral em Porto Velho.

PARECER JURÍDICO Nº 258 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP ([1076203](#)) visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta e transporte para tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU em aterro sanitário para suprir a demanda desta Justiça Eleitoral em Porto Velho, de acordo com os contornos preliminares da contratação descritos no Documento de Formalização de Demanda ([1076311](#)).

02. Registra-se que o pedido da contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO nº 9, de 11/10/2022, nos arts. 2º e 26º, inciso VI, publicada no DJE TRE-RO nº 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

03. Por meio do Despacho nº 2546/2023 ([1076358](#)), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não exigiria** a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO nº 9/2022, encaminhou o processo à SEAP para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

04. Nessa oportunidade, o titular da SAOFC, informou ainda que, em cumprimento ao [art. 29, § 3º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022](#), procedeu à abertura de processo administrativo (PSEI [0000533-91.2023.6.22.8000](#)) com a finalidade de informar e manter registros digitais atuais das despesas realizadas durante o exercício corrente e, principalmente, **aferir e evitar eventuais fracionamentos de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

despesas em contratações diretas, por dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, seja por dispensa tradicional ou eletrônica, conforme informação juntada ao evento n. [1066974](#) e que tais informações serão atualizadas paulatinamente, de acordo com a abertura de novos procedimentos administrativos para o trâmite de contratações diretas por dispensa de licitação em razão do valor com esses fundamentos.

05. Para cumprimento do referido despacho e instrução do feito foram juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Cotação de Preços nº 2/2023 - SEAP ([1076515](#)) contendo as condições gerais da contratação e a comprovação do envio desses documentos ao mercado potencialmente fornecedor ([1077045](#), [1077083](#), [1077085](#), [1077087](#), [1077090](#), [1077092](#) e [1078540](#));

II - Proposta da empresa **ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA**, CNPJ **24.445.257/0003-87** ([1078541](#)), no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) e documentos comprovem sua regularidade mínima para contratar com a Administração Pública (Certidão Negativa do CNJ: [1080867](#); certidão negativa de débitos trabalhistas: [1081781](#); certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união: [1081783](#) e certificado de regularidade do FGTS: [1083482](#));

III - Documentos complementares da proposta:

i. alvará e funcionamento ([1081778](#));

ii. certidão de registro e quitação de anuidade do engenheiro FELIPE FERRAZ, expedido pelo CREA-RO, comprovando o vínculo de responsabilidade técnica desse profissional com a empresa ECOFORTE ([1081779](#));

iii. certidão de registro e quitação de anuidade da empresa ECOFORTE, expedida pelo CREA-RO, na qual consta a atividades de Coleta de resíduos perigosos e não perigosos; tratamento e disposição de resíduos não perigosos; transportes rodoviários de produtos perigosos; Transportes rodoviários de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis ([1081780](#));

iv. licenciamento ambiental de operação, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA da Prefeitura do Município de Porto Velho para a ATIVIDADE 3821-1/00: Tratamento e disposição de resíduos Não-perigosos; 3811-4/00 - **Coleta de resíduos não-**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

perigosos; 38.12-2 coleta de resíduos perigosos; 49.30-2; transporte rodoviário de cargas 49.30 2/03; transporte rodoviário de produtos perigosos; 52.11-7 armazenamento ([1081789](#)).

IV - Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta - ICVEC ([1082717](#)), versão final no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais);

V - Termo de Referência nº 25/2023 - SEAP ([1082722](#)) - versão final, que reproduz as regras da contratação direta em razão do valor.

06. A Seção de Apoio às Contratações (SAC), após diligências, concluiu sua análise nos seguintes termos ([1082746](#)):

3- Como já registrado nesta análise, comprovou-se a regularidade da empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ: 24.445.257/0001-87, para contratar com a Administração Pública.

4- Após a análise formal, verifica-se que a FASE DE PLANEJAMENTO, constituída pelo DOCUMENTO FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD), evento ([1076311](#)), pela PESQUISA DE PREÇOS - ICVEC, evento ([1082717](#)), e pelo TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 25/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP evento ([1082722](#)), complementado pela cotação juntada no evento ([1078541](#)) e documentos de habilitação, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para contratação direta por dispensa de licitação, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.

07. Sobre a programação, o Coordenador da COFC registrou que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício, com fonte orçamentária devidamente identificada no TR da contratação, de acordo com a proposta orçamentária 2023 registrada no processo nº 0000150-50.2022.6.22.8000. Assim, veio ao processo a programação orçamentária para a cobertura das despesas no exercício de 2023 ([1083126](#)), reserva orçamentária no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) que informa, ainda, que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro. Em relação aos valores da contratação com previsão de execução no exercício de 2024, consta a seguinte informação do Coordenador da COFC ([1083523](#)):

(...)

Trata-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024 para o qual não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME.

Conforme autorização da SAOFC ([1079268](#)) no exercício financeiro de 2024 haverá o devido ajuste no planejamento orçamentário com remanejamento de "Manutenção predial sob demanda - imóveis da JE em Rondônia" para "Serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos" posto que este item de despesa não constou da PLOA 2024.

Em complemento, registra-se que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

(...)

08. A minuta do contrato que regulará a relação entre as partes foi juntada ao processo no evento [1083535](#). Dessa forma instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

09. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002049-49.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

***Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.*

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

11. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3. Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação.

12. De acordo com o **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, a **fase preparatória do processo licitatório** é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

13. Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se da via da **contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor**. Para hipóteses como tais a **Lei nº 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

14. Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO

Art. 3º *O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:*

I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;

VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

§ 1º *O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.*

§ 2º *A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.*

§ 3º *A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

§ 4º A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.

§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta. (sem destaques no original)

15. Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

I - Poderão ser dispensados de forma justificada:

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

3.1.1 Análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD.

16. O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO nº 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela SEAP para o registro de sua demanda ([1076311](#)). Verifica-se que todos os elementos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se ainda que no próprio DFD, a unidade sugeriu a dispensa do Mapa de Riscos, Estudo Técnico Preliminar e indicação de Equipe de Planejamento e de gestão da contratação, fato este que foi acatado por meio do despacho do titular da SAOFC ([1076358](#)).

17. Também foi afastado processamento da contratação por meio de dispensa eletrônica, prevista nos **arts. 28º e seguintes da IN TRE-RO nº 9/2022**, em função das seguintes e literais razões:

Realizaremos cotações no mercado local, o que dispensa a busca em âmbito mais amplo, uma vez que a aquisição do objeto será mais bem atendida pelas opções disponíveis em nossa região e ainda, apresento as seguintes justificativas para Aquisição no Mercado Local;

1. Não haverá prejuízo da Concorrência:
A aquisição do objeto em questão será realizada por meio de cotações no mercado local. Essa decisão é embasada na convicção de que no mercado local existem diversas opções disponíveis que atendem de forma mais eficaz às nossas necessidades. A aquisição será fracionada, e essa abordagem se baseia nos seguintes pontos:

2. Diversidade de Fornecedores: *No mercado local, há vários potenciais fornecedores deste serviço de coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU.. Isso cria um ambiente competitivo saudável, que incentiva a melhoria contínua dos fornecedores e nos possibilita obter as melhores condições para a nossa organização.*

3. Não há Segregação de Mercado:

A escolha de realizar a aquisição no mercado local não implica em segregação de mercado, e isso se deve aos seguintes motivos:

3.1. Natureza Regional da Licitação:

A natureza regional desta licitação é intrínseca às necessidades e ao escopo do projeto, que requerem a presença e atuação direta no local. Portanto, a restrição à participação de empresas locais é justificada pelas circunstâncias específicas de empresa especializada coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos -RSU, dos prédios do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nesta Capital. Além disso, a coleta é fracionada em dias semanais torna necessária a contratação de empresas instaladas no município para garantir uma execução eficiente e eficaz.

3.2. Estímulo à Economia Local:

A limitação a empresas instaladas em Porto Velho tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico local, contribuindo para o crescimento de negócios na região e a criação de empregos. Essa medida está alinhada com o interesse público de fortalecer a economia local, promovendo benefícios significativos para a comunidade.

3.3. Fornecedores Suficientes:

Uma pesquisa de mercado e análise prévia demonstraram a existência de um número suficiente de fornecedores e prestadores de serviços em Porto Velho que podem atender às demandas da licitação. Isso garante a concorrência necessária para a obtenção das melhores propostas, sem prejudicar a competitividade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Supervisão das Fases de Execução:

Além dos argumentos mencionados acima, gostaríamos de assegurar que esta Unidade irá supervisionar rigorosamente todas as fases de execução do processo de aquisição. Nossa prioridade é garantir a eficácia e a conformidade com os procedimentos estabelecidos, assegurando que todos os requisitos sejam atendidos de maneira adequada. (sem destaques no original)

18. Verifica-se que as justificativas apresentadas pela unidade demandante são aptas para afastar o procedimento da dispensa eletrônica, estando em harmonia com as regras do **§ 2º do art. 28 da IN TRE-RO nº 9/2022**. Nesses termos, esta Assessoria conclui pela adequação legal do Documento de Formalização da Demanda - DFD ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

3.1.2 Análise da Estimativa da Despesa:

19. Verifica-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, qual seja **a) a razão da escolha do fornecedor;** e **b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021)** Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

20. Quanto à justificativa do preço, neste Tribunal a estimativa da despesa está disciplinada pelo art. 9º e sgs da IN TRE-RO nº 9/2022, que utiliza, por meio de seu Anexo V, um documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, havendo a unidade prestado as informações exigidas pelo referido formulário.

21. No caso em análise a versão final da ICVEC foi juntado ao processo no evento [1082717](#) e demonstra que a cotação de preços nº 02/2023-SEAP ([1076515](#)) foi expedida a diversas empresas do ramo ([1077045](#), [1077083](#), [1077085](#), [1077087](#), [1077090](#), [1077092](#) e [1078540](#)). Contudo, a SEAP informou que apenas 1 (uma) empresa apresentou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proposta. **Em função desse resultado a unidade apresentou a seguinte avaliação, veja-se:**

II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:

() Sim

(x) Não (JUSTIFICAR): *Busca-se contratar pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos dos prédios da Justiça Eleitoral em Porto Velho/RO para início da prestação dos serviços a partir do mês de novembro de 2023. Considerando que a execução do serviço é atividade necessariamente local, consultou-se os potenciais interessados dentro do município de Porto Velho. Das empresas consultadas, apenas uma respondeu formalmente enviando a cotação de preços. Sendo certo que empresas de fora não terão interesse/viabilidade em participar, e levando em conta que o prazo para início das atividades é exíguo, a Unidade Demandante optou por aceitar apenas uma proposta, não tendo sido possível obter no mínimo as três propostas com demais fornecedores, embora consultados.*

III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME 65/21.

(x) Sim, todos.

Observação:

A COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 2/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([1076515](#)) foi enviada para 05(cinco) empresas do ramo desses serviços ([1077083](#), [1077085](#), [1077087](#), [1077090](#) e [1077092](#)), mas recebemos resposta apenas de uma.

Diante disso, realizamos visitas presenciais a empresas estabelecidas em Porto Velho, utilizando o mesmo formulário de cotação, na esperança de obter propostas adicionais. No entanto, lamentavelmente, as consultas presenciais se mostraram infrutíferas, como relatado abaixo([1078869](#)):

1. Atila Honorato de Matos (Estrela Papa Entulho): No endereço R. Delegado Mauro dos Santos, 904, Agenor M. de Carvalho, Porto Velho – RO, listado na internet como local da empresa, constatamos que a empresa não opera mais nesse local.

2. Depósito de Materiais de Construção São Marcos EIRELI: No endereço Av. Tiradentes, 2906, Embratel, Porto Velho – RO, conforme informado na internet, o proprietário alegou não ser possível fornecer cotações devido a mudanças na destinação e logística.

3. FCG Maranhão Rep. LTDA: Visitamos o endereço R. Mirian Shockness (22 de Dezembro), 4851, Flodoaldo Pontes Pinto, Porto Velho – RO, como listado na internet, mas encontramos apenas uma residência no local, sem informações sobre a empresa.

4. Eco Caçambas Eco Material de Construção LTDA: No endereço R. Venezuela, 2858, Esperança da Comunidade, Porto Velho - RO, cadastrado na internet, encontramos somente uma residência no local, sem informações sobre a empresa.

5. Grupo Amazon Fort: Visitamos o endereço R. José Camacho, 2574, Liberdade, Porto Velho - RO, conforme listado na internet. Fomos informados de que o acesso à empresa requer indicação ou agendamento prévio. Para obter uma cotação, nos foi fornecido o e-mail luri.faria@amazonfort.com.br, e a recepcionista ou secretária reteve uma cotação para encaminhar ao departamento responsável.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

Art. 6º da IN SG/ME 65/21:

I - INSERIR no ANEXO I desta Informação o QUADRO com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, vinculadas com o número dos eventos no SEI.

(x) Não há grande variação entre os preços obtidos. Obtivemos apenas uma proposta, e o item não foi localizado nos rpeços praticados pela administração pública (Banco de Preços)

(...)

22. Verifica-se que a unidade buscou realizar a cotação com diversas empresas do ramo, porém obteve apenas uma proposta válida. Está comprovado o envio das cotações às diversas empresas - e mesmo a visita direta de servidores da unidade demandante com esse intuito. Nesses termos, pode-se concluir que há limitação de mercado para o objeto retendido, admitida assim, de forma excepcional, a redução do número mínimo de três cotações válidas, de acordo com os comandos do **Acórdão TCU nº 2.531/2011 - Plenário**.

23. Por tal motivo, resta demonstrado o cumprimento dos requisitos legais da **justificativa do preço** e da **razão da escolha do fornecedor**, representado pela empresa ofertante do menor preço. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

3.1.2.1 Do fracionamento de despesa: Inocorrência.

24. Com o intuito de evitar eventuais fracionamento das despesas nas contratações processadas por dispensa de licitação em razão do valor fundamentadas no **art. 75, incisos I e II, da Lei n. 14.133/2021** - tanto por dispensa tradicional quanto por dispensa eletrônica - o GABSAOFC elaborou quadro com os registros dos processos com despesas no exercício de 2023 ([1066974](#)).

25. A aferição de eventual fracionamento tem seus contornos definidos no âmbito deste órgão pelo **§ 2º do art. 29 da instrução Normativa TRE-RO nº 009/2022** ([0917187](#)), norma que instituiu o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 para os procedimentos das contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Tal regulamento, em harmonia com § 1º, Inciso I e II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021, prevê de forma expressa:

Art. 29. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo anterior, deverão ser observados:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - o somatório despendido no exercício financeiro; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º O disposto nos incisos do caput deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade ou na posse do TRE-RO, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

§ 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 3º A SAOFC manterá registro em meio digital com os dados dos processos de despesas do exercício corrente, que permitam aferir eventual fracionamento, para consulta de todas as unidades que atuam no processo da contratação ou juntá-los nos respectivos processos.

§ 4º Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei n. 14.133/2021 e no art. 337-E do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (sem destaques no original).

26. Verifica-se que o quadro juntado no evento ([1066974](#)) **NÃO** indica qualquer outra contratação anterior no exercício corrente de **serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos**. Portanto, como o valor da contratação pretendida encontra-se no limite da dispensa legal, atualmente fixado em R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, verifica-se o atendimento ao requisito insculpido no **inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

3.1.3 Análise do termo de referência.

27. O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 15º e seguintes da IN TRE-RO n. 9/2022**, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela SEAP, na sua redação final, para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1082722](#)). Verifica-se que, após as diligências da SAC, a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destacam-se:

I - Definição do objeto - Capítulo 1;

Em conformidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nota-se que a coleta e o transporte terá como objeto resíduos sólidos do grupo d (que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares), conforme a Resolução CONAMA nº 358 de 29/04/2005.

II - A previsão no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO - Capítulo 2;

Como registrado pela SEAP no item 2.0 do TR, a contratação dos serviços não está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023, haja vista que se trata de iniciativa não existente quando da elaboração do PCA 2023, sendo que, por exigência legal, o Tribunal será obrigado a cumprir a partir do dia 10/11/2023, nos termos do Decreto do Município de Porto Velho nº 15.603/2018 e a Portaria nº 109/SEMUSB/2023.

III - Fundamentação da contratação - Capítulo 3;

Considerando que o **Decreto do Município de Porto Velho nº 15.603/2018**, em seu art. 7º **veda** aos grandes geradores de resíduos a disposição, sem autorização, dos resíduos nos locais próprios da coleta de resíduos domiciliares ou de serviços de saúde, bem como em qualquer área pública, incluindo passeios e sistema viário, sob pena de multa no valor de 10(dez) UPF/DIA conforme o § 7º do art. 147 da Lei Complementar n. 199/2004 (revogada pela **Lei Complementar do Município de Porto Velho nº 878, de 17/12/2021**, que estabelece sanção idêntica no seu artigo 311) e havendo a unidade demandante constatado que este Tribunal se enquadra na condição de grande produtor de resíduos sólidos, de acordo com a legislação da municipalidade local tem-se que há fundamento para a contratação.

IV - Descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

Em conformidade.

V - Requisitos da contratação - Capítulo 5;

A unidade lista inúmeros critérios de sustentabilidade ambiental.

Destacam-se:

i. a exigência de licença ambiental de operação relacionada à execução dos serviços compatíveis com **COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS**, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA, juntada no evento [1081789](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ii. apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico pela empresa contratada para destinação final dos RSU([1081779](#) e [1081780](#)).

VI - A previsão de práticas de sustentabilidade - Capítulo 6;

Neste ponto a unidade demandante destacou que é imprescindível dar o devido descarte para os rejeitos produzidos diariamente neste órgão, que, com o encerramento das atividades do Lixão Vila Princesa, deverão ser destinados para um aterro sanitário controlado, legalizado e licenciado para tal. Nos termos do art. 13 da Lei nº 12.305/2010: Rejeitos são “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada” (art. 3º, XV, da mesma lei).

VII - Modelo de execução do objeto - Capítulo 7;

Verifica-se que, na forma do 7.1.1 do TR, o prazo de vigência e execução do contrato foi dimensionado para 24 meses a contar do dia 10/11/2023, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

VIII - Modelo de gestão do contrato: Capítulo - 8;

Em conformidade.

IX - Critérios de medição e de pagamento - Capítulo 9;

Em conformidade.

X - Reajuste contratual: Capítulo - 10;

Nota-se que, para a correção dos valores contratados, a unidade está prevendo a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo (IPCA - IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>).

XI - Estimativa do valor da contratação - Capítulo 11;

Em conformidade.

XII- Aderência orçamentária: Capítulo - 12;

Em conformidade.

XIII - Forma de seleção do fornecedor: - Capítulo 13;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dispensa de licitação com fundamento no art. 75, inciso II, da NLLC.

XIV - Critérios de seleção do fornecedor - Capítulo 14;

i. realizada a cotação ao mercado somente a empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA apresentou proposta de preços;

ii. **critérios de aceitação da proposta:** Proposta juntada no evento [1078541](#). Justificativas para aceitação da única proposta de preços constam do ICVEC ([1082717](#));

iii. **critérios de habilitação:** De acordo com o que registrado no item 14.3.1 do TR, a empresa apresentou as licenças, autorizações e certificações exigidas pelas autoridades ambientais e reguladoras para operar legalmente em SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Foram listados todos os documentos apresentados, os quais foram descritos no relato deste parecer.

XV - Das infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 15;

Em conformidade.

28. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do termo de referência nº 25/2023-SEAP ([1082722](#)) ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

3.1.4 Análise da minuta do contrato.

29. A minuta do contrato como documento integrante da fase de planejamento da contratação está disciplinado no § 1º do **art. 21 da IN TRE-RO nº 04/2023**, veja-se:

Art. 21. Cabe à unidade demandante ou à equipe de planejamento da contratação, quando houver, a elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico.

***Parágrafo único.** A minuta do contrato, elaborada pela unidade competente, integrará os documentos da fase de planejamento da contratação, exceto nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e das quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, hipóteses em que a Administração poderá substituí-la por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. (sem destaques no original)*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

30. Por sua vez, a **Lei nº 14.133/2021** cuidou da formalização de contratos administrativos a partir do art. 89, a saber:

Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

(...)

*Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para **assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente**, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.*

(...)

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

*II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos **quais não resultem obrigações futuras**, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.*

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). (sem destaques no original)

31. Como visto, trata-se de uma contratação com dispensa em razão de valor. todavia, verifica-se que objeto compreende a execução de serviços que resultam obrigações futuras às partes. Nesses moldes, tem-se como imperativo a adoção do instrumento de contrato.

32. Por sua vez, a análise dos elementos da minuta do instrumento contratual trazida ao processo pela SECONT no evento [1080730](#) revela que sua redação está adequada às condições ajustadas e decorrentes dos documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante.

33. De notar-se que a SECONT destacou em vermelho os dados da empresa ECOFORT, enfatizando em amarelo o número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da filial: 24.445.257/0003-87. Isso porque a certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, juntada ao processo no evento [1081783](#), refere-se ao CNPJ da matriz:24.445.257/0001-15.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

34. Sobre esse fato deve-se registrar que deverá sempre ser aferida a situação regular da pessoa jurídica que efetivamente contrata com a Administração Pública, sendo a regularidade fiscal exigida para a celebração dos contratos administrativos na forma da Lei nº 14.133/2021, veja-se:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

(...)

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

*§ 1º Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.*

*§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do **caput** deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.*

(...)

Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

(...)

4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo. (sem destaques no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35. Nessa linha, embora diversos documentos trazidos ao processo digam respeito ao CNPJ da filial, outros são aplicados a ambas (matriz e filial), como no caso da certidão negativa de débitos trabalhistas: [1081781](#). Acrescente-se entendimento do STJ que, ao julgar o Tema 614 dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que a filial, apesar de possuir CNPJ próprio, não configura nova pessoa jurídica, razão pela qual as dívidas relacionadas a fatos geradores atribuídos a determinado estabelecimento constituem, na verdade, obrigação tributária da "sociedade empresária como um todo". Além disso, em novo julgamento, afirmou a **ausência de personalidade jurídica da filial** e a existência do atributo de unidade da pessoa jurídica de direito privado, inclusive quando em cotejo os estabelecimentos matriz e filial. Isso porque a filial não se constitui mediante registro de ato constitutivo e encerra conformação secundária em relação à pessoa jurídica de direito privado, sendo a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) decorrente da considerável amplitude da "identificação nacional cadastral única". Veja-se:

STJ - Acórdão em ED em Agravo em RESP nº 2.025.237 - GO (2021/0363194-1)

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se, in casu, o Código de Processo Civil de 2015.

II - É preciso ter presente, consoante disposto em normas de direito privado, que filial (i) não se constitui mediante registro de ato constitutivo, (ii) encerra conformação secundária em relação à pessoa jurídica de direito privado; e (iii) a inscrição no CNPJ é decorrente da considerável amplitude da "identificação nacional cadastral única". I

II - A regularidade fiscal no tocante aos créditos tributários diz com a pessoa, física ou jurídica, que detém aptidão para figurar no polo passivo de relação jurídica tributária. Nesse prisma, cuida-se de situação pertinente àquele que figura como sujeito passivo da obrigação tributária, ente revestido de personalidade jurídica.

IV - Conquanto haja autonomia operacional e administrativa da filial, tais características não alcançam o contexto da emissão de certidões negativas de pendências fiscais, as quais se inserem na seara da empresa e não do estabelecimento.

V - A Administração Tributária não deve emitir CND e/ou CPEND à filial na hipótese em que há pendência fiscal oriunda da matriz ou de outra filial.

VI - Embargos de Divergência providos.

(Relatora: Mina. Regina Helena Costa. J. em 2/03/23.

36. Resulta daí que, ausente personalidade jurídica, a filial, que embora possa aproveitar certidões e demais documentos do grupo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresarial, não poderá firmar atos negociais, como o contrato buscado pela Administração. **Em função do exposto, recomenda-se que conste do instrumento contratual o CNPJ da matriz nº 24.445.257/0001-15, sendo representada na forma de seu estatuto social.**

37. Ressalvado o mencionado nos itens 33 a 36 desta, para cumprimento do **§ 4º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021**, tem-se que, sob o aspecto formal, a análise dos elementos da referida minuta revela que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

IV – CONCLUSÃO

38. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022, motivo pelo qual opina:

I - Pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda ([1076311](#)), da informação conclusiva valor estimado da contratação - ICVEC, versão final ([1082717](#)) e do Termo de Referência nº 25/2023-SEAP, versão final ([1082722](#)) também analisados e tidos como regulares pela SAC ([1082746](#)), caso assim também entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022;

II - Pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no **inciso II, art. 75, da Lei nº 14.133/2021**, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado, **diretamente** com a empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA; - **CNPJ:** 24.445.257/0001-87, única a apresentar proposta, no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), havendo ainda comprovado os requisitos mínimos para contratar com a Administração Pública e demais documentações exigidas, nos moldes registrados neste parecer.

i. Conforme já apontado no item 7 deste parecer a programação orçamentária para a despesa foi juntada no evento ([1083126](#)). Em relação aos valores da contratação com previsão de execução no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exercício de 2024, consta a seguinte informação do Coordenador da COFC ([1083523](#)):

*Trata-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024 para o qual **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME.*

Conforme autorização da SAOFC ([1079268](#)) no exercício financeiro de 2024 haverá o devido ajuste no planejamento orçamentário com remanejamento de "Manutenção predial sob demanda - imóveis da JE em Rondônia" para "Serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos" posto que este item de despesa não constou da PLOA 2024.

Em complemento, registra-se que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação.

39. A análise formal dos termos da minuta carreada ao processo pela SECONT no evento ([1083535](#)), revela que o instrumento encontra-se em harmonia com a legislação de regência, com redação adequada às condições ajustadas e decorrentes dos documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, naquilo que aplicável. Contudo, **recomenda-se que, previamente à assinatura do instrumento, seja realizado ajuste na redação da minuta apontada no item 36 deste parecer.**

40. Com precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 10/11/2023, às 15:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1084008** e o código CRC **C8660C0D**.

0002049-49.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0002049-49.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Dispensa de licitação tradicional - Contratação da empresa especializada - Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos gerados nas instalações prediais da Justiça Eleitoral em Porto Velho.

DESPACHO Nº 1365 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Administração Predial - SEAP, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta e transporte para tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU em aterro sanitário para suprir a demanda desta Justiça Eleitoral em Porto Velho ([1076203](#)).

Para instrução do feito, carreu-se o documento de formalização da demanda ([1076311](#)); a solicitação de contratação ([1076312](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([1082717](#)); e o termo de referência ([1082722](#)).

Carreu-se, ainda, os seguintes documentos: Cotação de Preços n. 2/2023 - SEAP ([1076515](#)), contendo as condições gerais da contratação e a comprovação do envio desses documentos ao mercado potencialmente fornecedor ([1077045](#), [1077083](#), [1077085](#), [1077087](#), [1077090](#), [1077092](#) e [1078540](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proposta da empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ 24.445.257/0003-87 ([1078541](#)), única a apresentar cotação de preço, no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), e documentos comprovam sua regularidade mínima para contratar com a Administração Pública; documentos complementares da proposta, quais sejam: i. alvará e funcionamento ([1081778](#)); ii. certidão de registro e quitação de anuidade do engenheiro FELIPE FERRAZ, expedido pelo CREA-RO, comprovando o vínculo de responsabilidade técnica desse profissional com a empresa ECOFORTE ([1081779](#)); certidão de registro e quitação de anuidade da empresa ECOFORTE, expedida pelo CREA-RO, na qual consta a atividades de coleta de resíduos perigosos e não perigosos; tratamento e disposição de resíduos não perigosos; transportes rodoviários de produtos perigosos; transportes rodoviários de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis ([1081780](#)); e iv. licenciamento ambiental de operação, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA da Prefeitura do Município de Porto Velho para a ATIVIDADE 3821-1/00: Tratamento e disposição de resíduos Não-perigosos; 3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos; 38.12-2 coleta de resíduos perigosos; 49.30-2; transporte rodoviário de cargas 49.30 2/03; transporte rodoviário de produtos perigosos; 52.11-7 armazenamento ([1081789](#)).

A demanda não está prevista no Plano de Contratações Anual de 2023 do TRE-RO, visto que se trata de iniciativa não existente quando da elaboração do PCA 2023 e, que por exigência legal, o Tribunal será obrigado a cumprir a partir do dia 10/11/2023, nos termos do Decreto n.15.603/2018 - Resíduos Sólidos do Município de Porto Velho e da Portaria n. 109/SEMUSB/2023 - Plano de Encerramento do Lixão da Vila Princesa. Ainda, considerando as informações do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) de Porto Velho, de que os grandes produtores de resíduos sólidos, que geram acima de 200 litros de lixo, por dia, devem, até dia 10 de novembro de 2023, pagar pelo transporte e destinação do próprio lixo, conforme os normativos citados acima, demonstra-se a necessidade da contratação de **prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos** para as unidades do TRE/RO em Porto Velho, conforme item 2 do TR.

O valor estimado da contratação é de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) para um período de 24 (vinte e quatro) meses.

A SAC, após análise do TR, complementado pela cotação juntada no evento n. [1078541](#) e documentos de habilitação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

concluiu que a contratação pretendida encontra-se em consonância com as normas gerais estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, para contratação direta por dispensa de licitação da empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA ([1082746](#)).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 1520 da COFC, formalizou a programação orçamentária dos valores a serem executados neste exercício financeiro, conforme TR/PB supra referido, com emissão de pré-empenho ([1083126](#)).

A SAC elaborou a minuta de Contrato de evento n. [1083535](#) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, concluiu pela conformidade do documento às regras da Lei n. 14.133/2021, recomendando que seja realizado ajuste na redação da minuta apontada no item 36 do opinativo, previamente à assinatura do instrumento. Ademais, a AJSAOFC opinou pela adequação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do TR diretamente com a empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA; - CNPJ: 24.445.257/0001-87, única a apresentar proposta; e pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1084008](#)).

A SECONT juntou aos autos a nova minuta de contrato no evento n. [1084044](#), contendo a alteração determinada pela AJSAOFC.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação - ICVEC ([1082717](#)); pela contratação direta da empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, por dispensa de licitação, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo [art. 75, inciso II, da Lei. n. 14.133/2021](#); pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme item 6 do TR; e pela publicação do ato de dispensa no DJE, bem como a divulgação do ato autorizativo e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, e a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br ([1084095](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

Compulsando os autos, verifica-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021). No caso em análise, a versão final da informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação (ICVEC) foi juntado ao processo no evento n. 1082717 e demonstra que a cotação de preços n. 02/2023-SEAP (1076515) foi expedida a diversas empresas do ramo (1077045, 1077083, 1077085, 1077087, 1077090, 1077092 e 1078540). Contudo, a SEAP informou que apenas 1 (uma) empresa apresentou proposta.

Com isso, verifica-se que a unidade buscou realizar a cotação com diversas empresas do ramo, porém obteve apenas uma proposta válida. Está comprovado o envio das cotações às diversas empresas - e mesmo a visita direta de servidores da unidade demandante com esse intuito. Nesses termos, pode-se concluir que há limitação de mercado para o objeto pretendido, admitida assim, de forma excepcional, a redução do número mínimo de três cotações válidas, de acordo com os comandos do Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário. Por tal motivo, está demonstrado o cumprimento dos requisitos legais da justificativa do preço e da razão da escolha do fornecedor, representado pela empresa ofertante do menor preço.

No tocante ao fracionamento de despesa, verifica-se pelo quadro juntado no evento n. 1066974, no bojo do PSEI [0000533-91.2023.6.22.8000](#), não haver indicação de qualquer outra contratação no exercício corrente do serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos.

Com relação ao termo de referência, verifica-se que, após as diligências da SAC, a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade.

Quanto à minuta do contrato, a análise dos elementos da minuta do instrumento contratual trazida ao processo pela SECONT no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

evento n. [1083535](#) revela que sua redação está adequada às condições ajustadas e decorrentes dos documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante. Dessa forma, a AJSAOFC concluiu que o instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 14.133/2021, ressalvado o disposto nos itens 33 a 36 de seu opinativo. Com isso, a SECONT juntou aos autos a nova minuta de contrato no evento n. [1084044](#), contendo a alteração determinada pela AJSAOFC, para constar o CNPJ e os dados da matriz da empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, qual seja, CNPJ n. 24.445.257/0001-15.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

1. aprovo o Termo de Referência n. 25/2023 - SEAP ([1082722](#)), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso [I do art. 72 da Lei. n. 14.133/2021](#);

2. autorizo a despesa de forma direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso [VIII do art. 72 c/c o art. 75 inciso II da Lei. nº 14.133/2021](#);

3. aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [1082717](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

4. adjudico o objeto à empresa ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 24.445.257/0001-15, e autorizo a emissão de nota de empenho em seu favor, no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais);

5. determino a aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme item 6 do TR;

6. determino a divulgação do ato autorizativo e da nota de empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei n. 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade das ações, visando à contratação pretendida.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/11/2023, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1084453** e o código CRC **67617531**.

0002049-49.2023.6.22.8000